

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Primeiro de Janeiro Periodicidade D

Dia 7.11.79 Pág.(s) 3 Tendência política _____

PINTASSILGO DEIXOU ONTEM O PORTO

**Orcamento não deixa
ir além de aumentos
nas pensões mínimas**

Contrariamente ao que estava previsto, a primeira-ministra e os elementos do seu gabinete que a acompanharam durante a visita ao Porto só ontem de manhã regressaram a Lisboa, em comboio que partiu de Campanhã às 10h45. Esta alteração em relação ao programa oficial, que apontava o regresso para a noite de segunda-feira, parece ter sido justificada pelo interesse de Lurdes Pintassilgo e de outros elementos governativos em visitar as instalações do antigo Convento de S. Bento da Vitória.



Na verdade, como é do domínio público, está assente a recuperação deste edifício, a transformar num centro de cultura, de que a cidade carece urgentemente. Já alertada para o problema, que naturalmente carece de apoio financeiro do poder central, a primeira-ministra não quis deixar o Porto sem observar no local, mesmo em visita muito rápida, a real situação do convento e o projecto de recuperação.

Já na estação de Campanhã, nos breves instantes em que aguardava a partida, a primeira-ministra acedeu a clarificar algumas questões nos últimos dias levantadas relativamente à acção governativa. Não propriamente resultantes dos dois dias que passou no Porto, que sobre isso já fora feito balanço na reunião que, na Câmara Municipal, encerrou o programa oficial da sua visita, mas com alguns pontos de contacto.

Depois de reafirmar o seu empenho em encontrar soluções para alguns dos casos mais prementes que lhe foram expostos durante a sua curta estadia na cidade, Lurdes Pintassilgo garantiu que ainda este mês deverão ser estabelecidos novos valores mínimos para as pensões de reforma. Trata-se, aliás, de uma medida semelhante ao recente aumento dos salários mínimos, que só a indisponibilidade de verbas do actual Orçamento Geral do Estado impede se torne extensível a outras pensões de reforma. No entanto, frisou Lurdes Pintassilgo, o Governo está sensibilizado para este grave problema e não deixará de criar as condições para que tal venha a concretizar-se muito proximamente.

«Questão prioritária» foi como a primeira-ministra classificou a necessidade de baixar as taxas de juro em vigor, respondendo, assim a outro ponto levantado na sua breve conversa com o repórter. «Portugal não vai conseguir desbloquear um certo número de problemas económicos e sociais se não tomarmos algumas medidas respeitantes aos constrangimentos financeiros que têm existido nos últimos anos» — observou Lurdes Pintassilgo, que concretizou:

«Nesse sentido, um dos aspectos a considerar é a taxa de juro, que tem vindo a ser estudado nas últimas reuniões do Conselho de Ministros.



Lurdes Pintassilgo no comboio que, ontem de manhã, a levou do Porto até Lisboa

Ainda este mês — penso — deverá ser tomada uma decisão favorável. Trata-se de um aspecto que inquieta o próprio Governo, mas os serviços das Finanças têm de actuar com todo o cuidado, para que o movimento de generosidade, de urgência do desenvolvimento económico, levando-os a baixar a taxa de juro, não vá, entretém, provocar uma oscilação demasiado forte no equilíbrio cambial que temos presentemente.»

Como última questão, já já fora dos problemas exclusivamente nacionais, foi colocado à primeira-ministra a possibilidade do reconhecimento oficial da OLP, tão falado nos últimos tempos, a propósito da Conferência Árabe em Lisboa.

«De há muito que a nossa prática política tem reconhecido a OLP como o representante do povo palestino, e é nesse sentido que temos mantido contactos, ao longo de vários Governos, sobretudo em organizações multilaterais, como no sistema das Nações Unidas», frisou Lurdes Pintassilgo. «Quanto à legitimidade de considerar a OLP como único representante do povo palestino, isso funciona na vida internacional em termos de grupos sucessivos, que vão determinando a legi-

timidade de cada movimento de libertação. Neste caso concreto, é a Liga do Povo Árabe que decide a legitimidade da OLP como representante do povo palestino.»

E a primeira-ministra concluiu:

«O reconhecimento de facto existe, como também o oficial, na medida em que, em todas as organizações internacionais, temos mantido essas relações através dos nossos embaixadores. É um processo de toda a Europa em que, juntamente com a Espanha, até somos pioneiros.»

● AGENDA PARA HOJE

Sob a presidência da primeira-ministra, reúne-se hoje, pelas 15 horas, na residência oficial de S. Bento, o Conselho Económico Social.

Pelas 17 horas, a chefe do Governo recebe em audiência uma delegação da República Popular de Angola que integra, para além do embaixador daquele país, o secretário para as Relações Exteriores do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, Afonso Van Dunen, o vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio da Silva Moura, e, ainda, Rui Xavier e Pedro Mungo, do Departamento de Relações Exteriores do MPLA.

